

EDUCAÇÃO E ETNICIDADE NA REGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL- RS*

Mozart Linhares da Silva**

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as relações entre educação, etnicidade e mobilidade social em região de colonização alemã no Rio Grande do Sul, sobretudo em Santa Cruz do Sul, cidade com forte discurso identitário germânico. Em que pese ser uma cidade caracterizada pelo germanismo, o que se constatou nas pesquisas até aqui realizadas, abrangendo os últimos 4 anos, é que a região em questão possui significativa população de não-brancos, embora invisibilizada socialmente e excluída do processo de pertencimento identitário da comunidade regional. As pesquisas realizadas nas escolas municipais, estaduais e privadas na região de Santa Cruz do Sul permitem uma análise pontual das relações entre a educação e a imobilidade social, cujo resultado pode ser avaliado na dinâmica da visibilidade/invisibilidade identitária e processos de exclusão comunitário destes grupos, nomeadamente dos afro-descendentes e pardos.

Palavras-chave: Educação, etnicidade, visibilidade/invisibilidade social

Abstract

The objective of this article is to analyse the relations among education, ethnicity and social mobility in the region of German colonization in Rio Grande do Sul, above all in Santa Cruz do Sul, city with strong German identity speech. In what counts being a city characterized by germanism, what was observed in the researches accomplished till now, surrounding the last four years, is that the region in question has significant population of none-white people, though socially blinded and excluded of the identity inclusion process of the region community. The researches accomplished in the public and private municipal and state schools in the region of Santa Cruz do Sul permit sharp analysis of the relations between education and social immobility, which result can be evaluate in the identity visibility/invisibility dynamic and process of communitary exclusion of the groups nominally of the dark-skinned and Afro-descendents.

Key-words: Education, Ethnicity, Social visibility/invisibility

O objetivo desse artigo é apresentar os resultados das pesquisas realizadas nos últimos quatro anos acerca das relações entre educação e etnicidade no Vale do Rio Pardo-RS, sobretudo nas regiões de colonização alemã. O artigo tem como recorte analítico as questões relacionadas à população escolar afro-descendente e os processos de subjetivação identitária numa região marcada pelo discurso identitário germânico. Destaca as estereotípias étnicas e os processos de visibilidade/invisibilidade identitária, sobretudo os processos de exclusão social dos grupos afro-descendentes, legitimado pela educação e pela espacialidade onde se

* Esta pesquisa contou com apoio do CNPq, FAPERGS e UNISC.

* * Doutor em História pela PUCRS com extensão na Universidade de Coimbra, professor e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (mestrado e doutorado) e no Departamento de História e Geografia da UNISC.

encontram no meio urbano da região. Como método foram realizadas 44 entrevistas semi-estruturadas com docentes da região, aplicados de 556 questionários junto a comunidade e analisadas fontes jornalísticas entre 1950-2005.

Desde 2003 a legislação brasileira vem regulamentando o ensino das comunidades afro-brasileiras no ensino básico (Ver: Lei 10.639, de 2003 e DIRETRIZES..., 2004). No caso da região de Santa Cruz do Sul, observou-se uma série de dificuldades em colocar em funcionamento a legislação. Nesse sentido, as investigações passaram a dar a atenção à questão étnica regional e como ela acabava por contrastar a “identidade” germânica com os chamados *outsiders*, afro-descendentes e não-brancos no geral. Uma série de entrevistas, como exposto acima, foram realizadas visando não só apenas identificar as dificuldades na alteração curricular, mas, sobretudo, como as “identidades” e as subjetivações dos sujeitos eram construídas, visando-se assim analisar a constituição dos sujeitos afro-descendentes no ambiente escolar da região.

A partir de 2009, o Ministério Público está incumbido de fiscalizar o cumprimento da legislação que trata da inclusão dos conteúdos acerca da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos nas escolas de Educação Básica. Desta forma, torna-se urgente para as escolas a reestruturação curricular (Ver: Lei 11.645, de 2008)¹. No entanto, sabemos que não basta a inclusão destes conteúdos se o corpo docente não está preparado para instrumentalizá-los, sobretudo quando temáticas como essa estão sobrecarregadas de representações e preconceitos históricos que, não raro, fizeram parte da própria formação destes profissionais. É o caso, por exemplo, dos estereótipos relacionados à etnicidade negra no Brasil, cuja história foi por muito tempo negligente.

A construção dos estereótipos étnicos ficou evidente nas entrevistas e as barreiras para a implementação do ensino das comunidades afro-brasileiras puderam ser identificadas a partir de uma série de classificações e valorações étnicas que cindem a comunidade ente os pertencentes, no caso, os de origem germânica e os *outsiders*. O discurso fortemente germanista é um fator proeminente nas falas dos docentes, geralmente relacionados à superioridade dos valores agregados como a ética do trabalho, o empreendedorismo, a higiene, a organização da cidade, a religiosidade, entre outros, associados à etnia alemã, que comumente é contrastada com o “desleixo” dos luso-brasileiros e afro-descendentes, como a falta de iniciativa para o trabalho, a falta de higiene, a desorganização, a falta de espírito empreendedor, entre outras. A polarização entre o “Nós” e “Eles” é outra constante nas

¹ A Lei n.11.645, de 2008 inclui a obrigatoriedade do ensino da história indígena, assim denominada: “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

entrevistas, afirmando espaços sociais e categorias de pertencimento comunitário. Como exemplo das assertivas acima citamos dois depoimentos de docentes:

Respondendo a questões relacionadas ao desenvolvimento da região e as etnias que a compõem duas entrevistadas assim se manifestaram: “Existem raças que trabalham mais, eu acho que o próprio desenvolvimento de Santa Cruz se deve aos alemães que vieram para cá e colonizaram”. / “Eu acho que tem uma relação sim (entre raça e desenvolvimento). Os alemães vieram pra cá, trabalharam. Essa cidade que a gente tem hoje a base foi feita por eles, então eu acredito que isso de geração em geração é passado”.

No que se refere ao posicionamento acerca do racismo na região, destacamos esses dois exemplos: “Na condição de descendente alemã eu ouço dizer isso (sobre o racismo) com muita frequência, acredito que este discurso exista, está impregnado, mas, como dito anteriormente, **quem mais se esconde atrás dele são os que se dizem perseguidos.** (...) Só que também, eu acredito que o preconceito desse racismo **ocorre bastante com eles também (entre os negros), todas as raças tem esse preconceito deles mesmos,** isto percebemos aqui na escola também, que isso vem. Acho que é **bastante deles também**” / “Eu acredito que **não.** A gente não nota muito, entre os nossos alunos pelo menos, eles se dão bem, **todos se dão bem.** Até no nosso grupo de dança alemã **nós temos crianças de cor** que também participam, **é um grupo alemão,** mas a gente sempre convida (...)”.

Sobre o ensino de história afro-brasileira destacamos três falas que revelam as dificuldades dos alunos e docentes em tratar do assunto: “É assim complicado também fazer **os nossos** (de origem alemã) entender que **a população deles** (negros) age até de modo **diferente,** que ela fala de uma história também complicada, né (...)”. / “A obrigatoriedade eu questiono, acho relevante que se estude **a participação afro na nossa história** porque nós não podemos negar **a contribuição importante que os africanos nos deixaram,** na arte, na cultura, na alimentação, nos usos e costumes, e deve haver o espaço. Nós não temos como ignorar isso, agora a obrigatoriedade, como de modo geral eu questiono”. / “Assim ó, quando **tu traz presente por exemplo numa discussão sobre a questão do negro, é bem uma questão racial mesmo e quando os alunos vêem isso com um entendimento bem pejorativo.** Bem complicado **no sentido de racismo mesmo** (...)”.

Tomando-se as entrevistas como parâmetro, sobressai um dado importante sobre a visão que se construiu sobre a composição da comunidade. Trata-se da invisibilidade dos afro-descendentes e não brancos na região. A idéia que se difundiu é a da ausência de negros ou não-brancos, como minorias numéricas na composição da sociedade. Para confirmar esse dado realizamos um levantamento sobre a população das escolas da região bem como a

localização dessas escolas por bairros, e dos bairros tivemos o cuidado de analisar a renda média e o nível de escolaridade. Esses dados foram coletados junto ao Núcleo de Pesquisa Social (NUPES) da UNISC, junto a 6 CRE, ao INEP e ao IBGE, e organizados durante a pesquisa. Surpreende a presença significativa de não-brancos e afro-descendentes na região, reconhecida como uma região de alemães.

Considerando a população das escolas públicas estaduais e municipais da região (no total de 9229 alunos que apontaram sua “cor”) temos os seguintes dados: 76,75% de brancos, 9,18% de pretos e 14,07% de pardos (INEP, 2006). Quando se considera a espacialidade das escolas na região, como as localizadas no centro ou na periferia, os dados demonstram que a população não-branca não só é muito presente, mas invisibilizada socialmente, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 1				
População por cor das escolas do centro e periferia de Santa Cruz do Sul em 2006				
	Branco	Pretos	Pardos	Outros
Centro	85,52%	5,40%	8,29%	0,79%
Periferia	60,40%	16,66%	21,01%	1,91%
Fonte: INEP/2006				

O contingente de não-brancos na região de Santa Cruz do Sul está nitidamente concentrado nas escolas de periferia da cidade. Estes dados podem servir ainda para legitimar a diferença existente entre os descendentes de alemães e os não-brancos. O fato destes últimos se localizarem nas regiões menos abastadas socialmente comprova a invisibilidade dos afro-descendentes e dos pardos, já que a região periférica da cidade muitas vezes é vista como “uma outra Santa Cruz do Sul”.

Considerando as fontes coletadas junto a imprensa escrita da região pode-se construir os nexos entre a construção das identidade étnicas e os estereótipos relacionados aos não-brancos em Santa Cruz do Sul. Para ilustrar essas relações tomemos alguns exemplos contrastivos entre as representações identitárias através de imagens veiculadas no jornal de maior circulação na região.

A relação entre a chegada de forasteiros, desemprego, miséria e assistencialismo é comumente tratada na imprensa local, em contraste com as matérias relacionadas aos imigrantes alemães. O estereótipo do forasteiro recém chegado é construído etnicamente, associado, doravante, ao tipo afro-descendente. Quando se trata das representações dos imigrantes a imagem é associada ao trabalho e ao desenvolvimento. Tomemos o exemplo as quatro imagens abaixo:



1. “Maria, mãe de 15 filhos, deseja apenas ‘barriga cheia e os meninos andando no caminho certo’”. Gazeta do Sul, 12-05-1970



2. “Em busca de auxílio”. Gazeta do Sul, 04-09-2002



3. “O começo da colonização do rio Grande do Sul”. Gazeta do Sul, Especial. 25-07-2002, p. 14.



4. “O começo da colonização do rio Grande do Sul”, Gazeta do Sul, Especial. 25-07-2002, p. 14.

Os questionários aplicados permitem confirmar as impressões até aqui demonstradas. Chamo a atenção para duas questões respondidas no questionário. Importante observar que dos 556 respondentes, 321 ou 57,73% são naturais de Santa Cruz do Sul e 235 ou 42,27% são não-naturais. Perguntados sobre se “É favorável que pessoas de diversas etnias venham residir em Santa Cruz do Sul?”, os naturais apontam que não são favoráveis, com um índice de 27,39%, enquanto os não-naturais apresentam para a mesma questão um índice de 13,44%. Sobre se a miscigenação é um dos fatores que prejudica o desenvolvimento do Brasil, os naturais responderam que sim em 31,34% contra 16,94% dos não-naturais.

São necessárias outras pesquisas para enfrentar essas diferenças de posicionamento entre naturais e não-naturais na região de Santa Cruz do Sul, contudo algumas assertivas podem ser feitas. Considerando os elementos identitários que norteiam o imaginário da comunidade acerca dos valores aderentes à etnia germânica, a associação entre o considerado forasteiro e a instabilidade, imprevisibilidade e desorganização presumíveis apontam para uma postura preventiva. Os discursos, veiculados pelo próprio poder público municipal, acerca dos valores da comunidade de Santa Cruz do Sul como sendo uma sociedade que preza

o trabalho, a limpeza e a honestidade, cujos laços de solidariedade são ministrados pelo pertencimento étnico, são por demais difundidos, lançando para o forasteiro a sombra ameaçadora da desestabilização social. Como diz Bauman, “Sempre há um número demasiado deles. ‘Eles’ são os sujeitos dos quais devia haver menos – ou, melhor ainda, nenhum. E nunca há um número suficiente de nós. ‘Nós’ são as pessoas das quais devia haver mais” (2005, p. 45).

Considerando ainda algumas questões solicitadas no questionário aplicado pode-se perceber como a comunidade de Santa Cruz do Sul constrói suas representações do “Outro”. Quando questionados sobre a presença do racismo em Santa Cruz do Sul e no Brasil, as respostas dos naturais apontam para o seguinte dado: 55,33% consideram que Santa Cruz é racista, mas 74,90% consideram o Brasil mais racista. Da mesma forma, considerando a higiene e a limpeza da cidade em contraste com o país: 79,02% consideram que Santa Cruz do Sul é uma cidade limpa e 31,3% atribuem ao Brasil.

As questões referentes a criminalidade revelam o mesmo padrão: 75,56% dos respondentes naturais de SCS responderam que a “marginalização social” é resultado da falta de iniciativa para o trabalho. Considerando a propensão gênica para a criminalidade, 32,22% dos naturais de Santa Cruz do Sul consideram um fator importante contra 22,82% dos não-naturais.

O papel da educação nesse processo de construção das narrativas identitárias é fundamental na região. O ensino da história regional é norteado pelos discursos acerca da etnicidade como fator desencadeador do desenvolvimento. O contraste com regiões vizinhas, sobretudo de colonização luso-brasileira, é um fator relevante. E alguns “mitos” são cultivados nesse sentido, bem como mobilizam narrativas épicas acerca do processo colonização como verdadeiro processo civilizador, associando a etnicidade germânica ao êxito econômico da região. Segundo Seyferth,

o processo de colonização se tornou símbolo da etnicidade e modelo contrastante em relação à sociedade brasileira mais ampla. A imagem do imigrante alemão que dignifica o trabalho remete a uma apropriação simbólica da história da colonização – uma imagem construída por oposição a brasileiros estereotipados, num contexto de identidades contrastivas (1994a, p. 23).

A construção do mito do pioneiro alemão, desbravador e abnegado pelo trabalho constitui o enredo mais significativo do ensino de história bem como das matérias da imprensa sobre a história da região. Seyferth aponta que,

A imagem que emerge nos discursos sobre o pioneirismo, então, é a da conquista pelo *trabalho*: a colônia, como espaço construído, onde a floresta vai sendo paulatinamente substituída por plantações, comércio, escolas, cooperativas, associações, igrejas e, finalmente, pelas cidades e indústrias, no curso do processo histórico de colonização visualizado pela ótica do progresso (2000, p. 162).

Vale à pena citar algumas passagens das entrevistas com docentes nessa direção. Perguntados sobre as características da comunidade da região de Santa Cruz do Sul temos a seguinte resposta de um(a) docente:

Primeiro que **é um povo que trabalha muito**, valoriza o trabalho, no sentido até de horário, respeita muito o horário, por isso as empresas aqui da nossa região crescem com isso, porque sempre temos nas portas gente pra trabalhar, trabalham mesmo na nossa região, (...) eles tem muito a questão da limpeza e organização das suas casas, o lugar onde moram, a roupa que usam, a questão do capricho.

A importância atribuída à imigração para o desenvolvimento regional é assim considerada por uma respondente:

Toda, toda a importância, todo o estado dessa região, todo progresso, os imigrantes que trouxeram. Na serra os italianos, na encosta do nordeste os alemães, se fossemos depender do império de origem portuguesa, nós provavelmente estaríamos antes de Bento Gonçalves (...) eu acho que a **região sul nesse ponto teve sorte, porque vieram povos trabalhadores**, vieram povos que não tinham como viver na terra deles, vieram pra cá, estavam acostumadas como pequenas propriedades de terras e fizeram isso aqui, uma região próspera.

É preciso lembrar que a construção das narrativas identitárias de cunho germânico na região foram, e de certo modo ainda o são, legitimadas não só pela historiografia diletante e paroquialista mas também pela acadêmica. Um rápido olhar pela produção historiográfica local torna essa evidência muito clara.

Considerando que as identidades são produções relacionadas à memória social e que essas memórias são elaborações do passado realizadas no tempo presente, pode-se inferir que a memória social é um ato político, uma politização do tempo, feita a partir de recortes e esquecimentos estratégicos. (Ver: HALBWACHS, 1990). Essa confluência entre memória e política impõe que se reconheça o estreito espaço entre história e ficção.

Segundo Seyferth,

O pioneirismo dos colonos, a eficiência do colonizador teuto, são contrapostos a uma imagem estereotipada do brasileiro rural, desqualificado como caboclo por todo um conjunto de características desabonadoras, remetidas a uma condição de inferioridade racial (1994b, p. 110).

Se é notório as dificuldades na formação docente e a lenta mobilização das políticas públicas para incrementar o ensino da história afro-descendente; no caso do ensino da língua alemã nas escolas municipais o processo é significativamente diferente. É notório o esforço do poder público na dinamização do ensino da língua alemã nas escolas municipais a partir da capacitação dos docentes.

Desde 2004 o projeto de ensino da língua alemã nas escolas municipais vem sendo dinamizado. Nesse ano a Escola Christiano Smith, de Rio Pardinho, deu a partida ao projeto (GAZETA DO SUL, 15-16 nov, 2008).

Em 2008, segundo noticiado pela Gazeta do Sul,

“estudantes da rede municipal de ensino em Santa Cruz do Sul serão beneficiados, a partir do próximo ano letivo, com novos livros, CDs e dicionários de alemão. Os materiais foram doados pela Hamburg Süd e tem como objetivo estimular o ensino da língua dos imigrantes que chegaram ao Brasil em 1824” (Gazeta do Sul, 15-16 nov, 2008).

A importância da manutenção da língua alemã, comumente abandonada pelas novas gerações urbanizadas, é relacionada a uma política de preservação cultural, de resgate de tradições e valores agregados. Entende-se essa postura quando entendemos a relevância dos elementos que compõem a narrativa identitária germânica na região.

É o caso do *Deutschtum* (germanismo), relacionado à conservação da cultura dos indivíduos germânicos ou descendentes. O termo *Volkstum* (nacionalidade) se relaciona à etnia e à raça e não ao *jus solis*, ou seja, ao local de nascimento. É a ascendência (sangue), à cultura e à língua de um indivíduo. *Deutschtum* engloba a língua, a cultura, o *Geist* (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo que está relacionado com ela, mas como nação e não como estado (Ver: SILVA, 2007, cap. V). O *Geist* representa a solidariedade cultural e racial do povo alemão (Ver: SEYFERTH, 1982, p.45), traduzido na comunidade étnica, ou na *Heimat* (lar).

A mobilização pela manutenção da tradição germânica na região, bem como a difusão de estereótipos étnicos, é também um movimento da historiografia e da produção acadêmicas. A Revista Redes, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, publicou um número comemorativo aos 150 anos da colonização alemã em Santa Cruz do Sul que pode ser considerado um exemplo de construção de narrativas ufanistas acerca da etnicidade germânica. Algumas passagens dos artigos publicados nesse número valem a pena ser reproduzidas. No que tange a língua e a preocupação com seu desaparecimento, o que é entendido como desaparecimento da cultura dos antepassados, destaca-se a seguinte passagem:

O critério mais importante quanto à questão de introduzir (ou reforçar) o alemão nas escolas é a necessidade de alfabetizar os descendentes de imigrantes alemães para ensiná-los não somente no dialeto em casa, mas também na língua padrão. O dialeto deve ser e ficar a língua privativa, a língua padrão deve tornar-se a língua oficial e institucional, ensinada e adquirida em escolas”. (...) “Eu pessoalmente, acho que uma universidade como a UNISC de Santa Cruz do Sul deveria oferecer alemão para aumentar e confirmar a posição e a importância desta língua na região”. (...) “Se essa língua alemã daqui desaparecer, também a cultura alemã transmitida desde o século passado, vai desaparecer um dia (GÄRTNER, 1999, p. 85, 87 e 88).

Noutro artigo, intitulado *A escola comunitária e a preservação da cultura herdada*, a autora afirma que “A língua alemã é uma herança social de nossa comunidade, um bem a ser preservado por ser potencial gerador de transformação de nossa região” (AZAMBUJA, 1999, p. 110).

Mateus Skolaude realizou um levantamento importante acerca das narrativas étnicas germânicas a partir da imprensa escrita e dos processos de subjetivação dos sujeitos afro-descendentes através de entrevistas semi-estruturadas com junto a comunidade negra da região. O autor demonstra com propriedade os processos de invisibilidade social e exclusão de não-brancos, sobretudo dos afro-descendentes focalizando a construção do imaginário da comunidade negra acerca de seu “lugar social”, o que lhe permitiu chamar a atenção para o que nominou de identidades rasuradas. (Ver: SKOLAUDE, 2008)

Entre as inúmeras entrevistas realizadas pelo autor junto a comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul vale a pena citar a seguinte, referente à visão que o entrevistado tem sobre o fato da região ser considerada como predominantemente alemã:

Porque ela foi praticamente colonizada pelos alemães que vieram aí, desbravaram todos esses penhascos e morros de Santa Cruz, mas, no meio, deste tempo, teve muito o braço do negro junto com eles, trabalhavam pra eles. Eu acho que eles foram os pioneiros mesmo, foram os pioneiros aqui em Santa Cruz do Sul aí depois é que veio os negros para trabalhar para eles, porque, aqui em Rio Pardo, existia escravos que eram comercializados com os colonos de Santa Cruz que iam lá buscar os escravos para trabalhar aqui. Eu acho que, nesta leva, o meu avô também veio junto com o pai dele que também foi escravo².

Segundo Skolaude,

“na narrativa acima, chama atenção que o entrevistado estabelece os imigrantes alemães como “pioneiros” e “desbravadores”, enquanto que o negro é lembrado como alguém que veio depois, para trabalhar para os colonos. Além disso, faz referência ao bisavô, que era escravo e que provavelmente tenha sido comercializado com os primeiros imigrantes alemães” (2008, p. x).

A reprodução desse tipo de narrativa pela própria voz dos afro-descendentes impõe que se considerem os processos de constituição dos sujeitos negros como exteriores a cultura local, numa posição à margem da pertença identitária da comunidade. Numa entrevista com uma docente da região, essa relação aparece quando se trata de observar o trabalho na “colônia”, onde os “alemães” e os “Outros” possuem papéis nitidamente diferenciados. Segundo a docente: “[Os que plantam] a gente percebe que são todos da origem alemã. E geralmente os que são agregados não são dessa origem e muitas vezes lá no interior dá problema em relação a isso”.

As demandas por uma política da alteridade na região estão comumente associadas à valorização e à manutenção dos elementos culturais germânicos, considerados como ameaçados pela diminuição do uso e ensino da língua bem como dos valores associados à etnicidade teuta.

No caso dos afro-descendentes, as dificuldades passam por uma série de fatores, como analisados acima. É preciso posicionar a crítica não só sobre a política das etnicidades

² Entrevista realizada em 28/03/2007, idade do entrevistado, 68 anos, bairro: Senai.

regionais, mas também sobre o fundo teórico que norteia essas políticas, cujo desdobramento nas políticas públicas e educacionais são notórios. A crítica à visão essencialista das identidades, da cultura e dos comportamentos sociais pode ser um primeiro passo importante. Nesse sentido, é preciso destacar a crítica ao multiculturalismo na sua versão mais conservadora que apregoa o respeito à diversidade cultural e a tolerância. A diversidade cultural e a tolerância enquanto discurso e prática política, em que pese o figurino politicamente correto dos termos, promove, doravante, a imobilização das identidades, mantendo as fronteiras culturais e étnicas naturalizadas.

Romper com uma visão multiculturalista, entendida dessa forma, é fundamental para estabelecer os princípios de uma educação intercultural, capaz de ressignificar as fronteiras, entendidas como separações, como agenciadoras das aproximações. Transcender uma política das diferenças por uma política da alteridade.

Referências

- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. 2. Ed., Curitiba: Editora da UFPR, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Ministério da Educação, 2004.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. “Foucault e a análise de discurso em educação”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, novembro/ 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- Gazeta do Sul. Santa Cruz do Sul. 15-16 de novembro de 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo, Biblioteca Vértice, 1990.
- NEUMANN, Marinês Teresinha. *Narrativas identitárias e associativismo de tradição germânica na região de Santa Cruz do Sul: o discurso da identidade regional (1850-1950)*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. “Análise Automática do Discurso”. In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1997, pp 61-151.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira. (Orgs.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994a.

SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado Brasileiro. RBCS nº 26, ano 9, outubro de 1994b.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional In: *Horizontes Antropológicos* (Relações interétnicas), Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143 – 176, nov. 2000.

SILVA, Mozart Linhares da. *Educação, etnicidade e preconceito no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SKOLAUDE, Mateus Silva. *Identidades rasuradas: o caso da comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul (1970-2000)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.